

DESPACHO

Procedimento de avaliação dos trabalhadores em período experimental no Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM.

Considerando que:

a) Os artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, regulam o período experimental para a constituição de uma relação jurídica de emprego público;

b) A Cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no Diário República n.º 188, II Série, de 28 de setembro de 2009, que altera os prazos de duração do período experimental, é também aplicada aos trabalhadores não filiados em qualquer associação sindical, por força do Regulamento de Extensão n.º 2/2010, de 12 de outubro, publicado na III Série do JORAM n.º 1 de 3 de janeiro de 2011;

c) Importa uniformizar os procedimentos de avaliação dos trabalhadores em período experimental, no Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM.

No uso da competência conferida pelo artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho, e nos termos e para efeitos do disposto nas disposições conjugadas dos artigos 45.º a 48.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, determino que:

1.º) O modelo de avaliação a aplicar a todos os trabalhadores em período experimental no Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, é o constante do anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I, O período experimental de contratos de trabalho por tempo indeterminado, pressupõe a elaboração de um Relatório de Avaliação Final, que tomará em consideração:

A. Os elementos recolhidos pelo júri, consoante a modalidade contratual, durante o período experimental;

B. O relatório de trabalho sobre o período experimental que o trabalhador deve apresentar;

C. Os resultados das ações de formação frequentadas.

2.º) O prazo para apresentação do Relatório de Avaliação Final do Período Experimental é de 3 (três) dias úteis contados do termo do período experimental, sendo de imediato submetido à homologação da Presidente do Conselho Diretivo do IASAUDE, IP-RAM.

Aos 15 dias do mês de janeiro de 2015

A Presidente do Conselho Diretivo,



Ana Nunes

UAG/RP/CJ

ANEXO I

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DO PERÍODO EXPERIMENTAL (Contratado por tempo indeterminado)

1. Elementos Identificativos

Nome do trabalhador:

Categoria:

Carreira:

Área de atividade:

Unidade orgânica/Serviço:

Data de celebração do contrato de trabalho:

Data de início do período experimental:

Duração do período experimental:

Data do termo do período experimental:

Composição do Júri do período experimental (identificação e categoria/cargo)

- Presidente:

- 1.º Vogal Efetivo:

- 2.º Vogal Efetivo:

- Júri designado por despacho da Presidente do Conselho Diretivo

2. Avaliação do período experimental

A. Elementos recolhidos pelo Júri

		Deliberação do júri
Parâmetros de Avaliação	Nível classificativo atribuído	Classificação
A.1 Análise da informação e sentido crítico		
A.2 Conhecimentos especializados		
A.3 Planeamento e organização		
A.4 Tolerância à pressão e contrariedades		
A.5 Orientação para resultados		
Classificação do item de avaliação		

Gr

Em que:

A.1 Capacidade para identificar, interpretar e avaliar diferentes dados e relacioná-los de forma lógica e com sentido crítico;

A.2 Conhecimentos especializados, conjunto de saberes, informação técnica e experiência profissional, essenciais ao adequado desempenho das funções;

A.3 Planeamento e Organização, capacidade para programar, organizar e controlar a sua atividade e projetos variados, definido objetivos, estabelecendo prazos e determinando prioridades;

A.4 Tolerância à pressão e às contrariedades, capacidade para lidar com situações de pressão e contrariedades de forma adequada e profissional;

A.5 Orientação para os resultados, capacidade para concretizar com eficácia e eficiência os objetivos do serviço e as tarefas que lhes são solicitadas.

Níveis classificativos	Elevado	Muito bom	Bom	Suficiente	Reduzido	Insuficiente
Classificação	20 valores	18 valores	14 valores	12 valores	10 valores	8 valores

A avaliação final do item “A. Elementos recolhidos pelo júri” resulta da média aritmética dos cinco parâmetros de avaliação, mediante aplicação da seguinte fórmula, com arredondamento às centésimas: $(A.1 + A.2 + A.3 + A.4 + A.5) : 5$.

B. Relatório de trabalho sobre o período experimental

O relatório de trabalho, apresentado pelo trabalhador, será avaliado em função dos seguintes cinco parâmetros de avaliação:

B.1 Estrutura	Muito bem estruturado		20 valores
	Estruturado		15 valores
	Pouco estruturado		10 valores
	Nada estruturado		5 valores
B.2 Criatividade	Muito criativo		20 valores
	Criativo		15 valores
	Pouco criativo		10 valores
	Nada Criativo		5 valores

B.3 Profundidade de análise	Muito analítico		20 valores
	Analítico		15 valores
	Pouco analítico		10 valores
	Nada analítico		5 valores

B.4 Forma de expressão escrita	Muito bem redigido		20 valores
	Bem redigido		15 valores
	Deficiências de redação		10 valores
	Nada criativo		5 valores

B.5 Clareza na exposição	Muito claro		20 valores
	Claro		15 valores
	Confuso		10 valores
	Muito confuso		5 valores

Classificação do item de avaliação

A avaliação do item “B. Relatório de trabalho sobre o período experimental” resulta da classificação obtida pela média aritmética dos parâmetros de avaliação, mediante aplicação da seguinte fórmula, com arredondamento às centésimas: $(B.1 + B.2 + B.3 + B.4 + B.5) : 5$.

C. Formação profissional no período experimental

A formação profissional no período experimental é relacionada com a atividade desenvolvida, e é valorada numa escala de 0 a 20 valores de acordo com a seguinte grelha de análise, tendo em consideração o número total de horas de formação:

Duração (total de horas)	Classificação
Sem formação ou ≤ 4 horas	8 valores
$4 < N.^{\circ}$ de horas ≤ 14	10 valores
$14 < N.^{\circ}$ de horas ≤ 28	12 valores
$28 < N.^{\circ}$ de horas ≤ 42	14 valores
$42 < N.^{\circ}$ de horas ≤ 56	18 valores
$N.^{\circ}$ de horas > 56	20 valores

Nota: 1 dia de formação equivale a 7 horas, se outro número de horas não constar no comprovativo.

A avaliação final do item “C. Formação profissional no período experimental” corresponderá à classificação obtida por aplicação da grelha supra, em função do número total de horas de formação frequentadas pelo trabalhador, conforme comprovativos apresentados.

No caso de o trabalhador não ter frequentado ações de formação durante o período experimental por razão/causa imputada ao serviço, na avaliação final, a que se refere o ponto 3, não será considerado este item, mantendo-se as ponderações dos demais itens.

Número total de horas de formação profissional frequentadas pelo trabalhador: _____

Classificação do item de avaliação

Observação do júri:

3. Avaliação final do período experimental

A avaliação final (AV) do período experimental será igual à média aritmética obtida em cada um dos itens de avaliação (A, B e C), com a ponderação da seguinte forma, consoante os casos:

$$AV = (3 \times A + 2 \times B + 1 \times C) : 6 \text{ ou } AV = (3 \times A + 2 \times B) : 5$$

Assim, a avaliação final do período experimental é a que a seguir se apresenta:

Item de avaliação	Classificação obtida	Ponderação
A. “Elementos recolhidos pelo júri”		3
B. “Relatório de trabalho sobre o período experimental”		2
C. “ Formação profissional no período experimental”		1

AValiação final

Concluída a avaliação do período experimental, face à classificação obtida, e em conformidade com o disposto no artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri deliberou

que o período experimental do trabalhador------(nome)-----, foi concluído com sucesso, ficando comprovado que o trabalhador possui as competências exigidas pelo posto de trabalho que vai ocupar.

ou

Concluída a avaliação do período experimental, face à classificação obtida, e em conformidade com o disposto no artigo 45.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri deliberou que o período experimental do trabalhador------(nome)-----, foi concluído sem sucesso, não tendo ficado comprovado que o trabalhador possui as competências exigidas pelo posto de trabalho que vai ocupar.

Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, aos de de

O Presidente

O 1.º Vogal

O 2.º Vogal

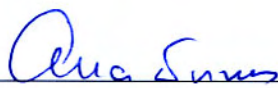
Tomei conhecimento da avaliação final do período experimental e recebi cópia do Relatório.

Aos ____/____/____ O trabalhador avaliado: _____

HOMOLOGAÇÃO

Aos ____/____/____

A Presidente do Conselho Diretivo



(Ana Maria de Jesus Nunes)

Tomei conhecimento da homologação supra.

Aos ____/____/____ O trabalhador avaliado: _____

UAG/RP/CJ

ANEXO II

(Anexo ao Despacho de 15 de janeiro de 2015 da Presidente do Conselho Diretivo)

Período Experimental

Procedimento a adotar

1 – Normas aplicáveis

- Os artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, regulam o período experimental para a constituição de uma relação jurídica de emprego público;
- A Cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no Diário República n.º 188, II Série, de 28 de setembro de 2009, que altera os prazos de duração do período experimental, é também aplicada aos trabalhadores não filiados em qualquer associação sindical, por força do Regulamento de Extensão n.º 2/2010, de 12 de outubro, publicado na III Série do JORAM n.º 1 de 3 de janeiro de 2011;

2 – Noção

O período experimental corresponde ao tempo inicial da execução do contrato de trabalho em funções públicas e destina-se a comprovar se o trabalhador possui as competências exigidas pelo posto de trabalho que vai ocupar.

3 – Contagem

O período experimental começa a contar-se a partir do início da execução da prestação do trabalho, incluindo as ações de formação frequentadas pelo trabalhador, desde que não excedam metade do período experimental.

Não são tidas em conta os dias de faltas, de licença e de dispensa, e ainda os períodos de suspensão do contrato.

4 – Duração

No contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, o período experimental tem a seguinte duração:

- 90 dias, para os trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional e noutras carreiras ou categorias de idêntico grau de complexidade funcional;
- 180 dias, para os trabalhadores integrados na carreira de assistente técnico e noutras carreiras ou categorias de idêntico grau de complexidade funcional;

- 240 dias, para os trabalhadores integrados na carreira de técnico superior e noutras carreiras ou categorias com idêntico grau de complexidade funcional.

No contrato de trabalho em funções públicas a termo, a duração do período experimental é a seguinte:

- 30 dias, no contrato a termo certo de duração igual ou superior a seis meses e no contrato a termo incerto cuja duração se preveja vir a ser superior àquele limite.

- 15 dias, no contrato a termo certo de duração inferior a seis meses e no contrato a termo incerto cuja duração se preveja não vir a ser superior àquele limite.

Na nomeação definitiva, o período experimental tem a duração de um ano.

No período experimental da nomeação transitória aplicam-se as regras do contrato a termo resolutivo.

Nota

O período experimental dos trabalhadores integrados na carreira de assistente e na carreira de técnico superior foi reduzido para 120 e 180 dias, respetivamente, nos termos da cláusula 6.^a do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, aplicável nos termos e condições previstos no artigo 9.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

5 - Acompanhamento

O trabalhador é acompanhado, durante o período experimental, por um júri especialmente designado para o efeito (o qual é substituído pelo superior hierárquico no caso dos vínculos a termo resolutivo), a quem cabe a avaliação final.

6 – Avaliação final

A avaliação final do trabalhador traduz-se numa escala de 0 a 20 valores, e toma em consideração os seguintes elementos, constantes no modelo de Relatório Final de Avaliação:

- A. Os elementos recolhidos pelo júri, consoante a modalidade contratual, durante o período experimental;
- B. O relatório de trabalho sobre o período experimental que o trabalhador deve apresentar;
- C. Os resultados das ações de formação frequentadas.

Na avaliação final do período experimental deverão ser tidas em conta as exigências do posto de trabalho a ocupar, em função dos graus de complexidade funcional: grau 1 na carreira de assistente operacional, grau 2 na carreira de assistente técnico, e grau 3 na carreira de técnico superior, nos termos definidos no Anexo à LTFP.

7 – Prazo de apresentação do relatório de avaliação final

No prazo de três dias úteis contados do termo do período experimental, o júri ou o respetivo superior hierárquico, consoante a modalidade contratual, elaborará, por meios informáticos, o respetivo relatório de avaliação final do período experimental, utilizando para o efeito o modelo aprovado, cujo resultado dará imediato conhecimento ao trabalhador, fornecendo-lhe cópia do relatório, sendo este de seguida presente, no mesmo prazo, à Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, para efeitos de homologação.

8 – Homologação do relatório de avaliação final

Sendo favorável ao trabalhador a avaliação final, proposta pelo júri, é submetida à homologação da Presidente do Conselho Diretivo do IASAÚDE, IP-RAM o respetivo Relatório de Avaliação Final, deverá de imediato o trabalhador ser notificado do ato de homologação, mediante conhecimento lavrado e datado no próprio relatório, sendo de seguida tomar os procedimentos para a declaração formal da conclusão com sucesso do período experimental.

Sendo a avaliação final desfavorável ao trabalhador (conclusão sem sucesso), o trabalhador deverá ser notificado de imediato da homologação, mediante conhecimento lavrado e datado no próprio relatório, contando desde essa data o prazo para efeitos de interposição de recurso hierárquico, informando-se o trabalhador deste fato.

A avaliação final após homologação é publicada no JORAM, II série, afixada em local visível nas instalações do IASAÚDE, IP-RAM, e disponibilizada na respetiva página.

9 – Conclusão do período experimental

Conclusão com sucesso

O período experimental é concluído com sucesso quando o trabalhador obtém uma avaliação não inferior a 14 ou 12 valores, consoante se trate, ou não, de carreiras ou categorias de grau 3 de complexidade funcional, respetivamente.

O tempo de serviço é contado na carreira e na categoria em que o período experimental decorre.

Concluído o período experimental com sucesso, o seu termo é formalmente assinalado por ato escrito da entidade competente para a contratação, no caso mediante Declaração da Presidente do Conselho Diretivo do IASAÚDE, IP-RAM, lavrada em duplicado, sendo fornecido um exemplar ao trabalhador, e publicada na página, nos seguintes termos:

“Declaração

----- Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, declara-se que o trabalhador.....(nome)...., contratado por este Instituto em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por contrato celebrado em.... (data completa)... e com efeitos desde (data completa)....., concluiu com sucesso o seu período experimental em(data completa)....., na carreira de e na categoria de(área de atividade.....), com(em numerário e por extenso)valores, de acordo com o processo de avaliação elaborado nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 junho, que se encontra arquivado no processo individual, sendo o tempo de duração do período experimental contado para todos os efeitos legais, na carreira e categoria.....

---- A trabalhadora encontra-se na posição remuneratória correspondente à e ao nível remuneratório da tabela remuneratória única.-----

----- Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, aos.....de..... de
A Presidente do Conselho Diretivo, Ana Maria de Jesus Nunes”

Conclusão sem sucesso

A conclusão sem sucesso do período experimental de vínculo faz cessar o vínculo do trabalhador sem direito a qualquer indemnização ou compensação.

A conclusão sem sucesso do período experimental de função implica o regresso do trabalhador à situação jurídico-funcional que anteriormente detinha, e é nesta carreira e categoria que é contado o tempo de serviço prestado.

UAG/RP/CJ